

Guaraciaba
Transmissora de
Energia (TP Sul) S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em
30 de junho de 2020**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às Demonstrações financeiras intermediárias	10



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. ("Companhia") em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações para os períodos de três e seis meses findos naquela data e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os requerimentos do CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ- 086312/O-6

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	53.267	44.805
Contas a receber	8	8.723	8.595
Impostos a recuperar		291	291
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.435	4.632
Ativo de contrato	9	77.782	76.004
Caixa restrito	10	832	818
Almoxarifado Operacional		6.403	-
Outros ativos		9.518	15.729
Total do ativo circulante		158.251	150.874
Não circulante			
Caixa restrito	10	17.985	17.394
Ativo de contrato	9	1.242.121	1.230.480
Imobilizado		2.440	2.184
Intangível		248	210
Total do ativo não circulante		1.262.794	1.250.268
Total do ativo		1.421.045	1.401.142
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	11	14.355	16.336
Impostos e contribuições sociais	12	1.997	1.160
Empréstimos e financiamentos	13	26.019	23.136
Debêntures	14	10.437	9.966
Salários e encargos		794	451
Dividendos a pagar	17.c	33.005	33.005
Encargos setoriais		1.915	1.725
Outros passivos		2.101	1.792
Total do passivo circulante		90.623	87.571
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	337.501	351.757
Debêntures	14	109.384	109.596
Provisão para contingências	15	454	3.760
Outros passivos		4.709	5.198
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	42.779	32.146
Total do passivo não circulante		494.827	502.457
Patrimônio líquido			
Capital social	17.a	733.832	733.832
Reserva legal	17.b	7.366	7.366
Reserva de retenção de lucros	17.d	69.916	69.916
Lucros acumulados		24.481	-
Total do patrimônio líquido		835.595	811.114
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.421.045	1.401.142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Receita operacional líquida	18	25.986	54.890	27.592	53.776
Custo de construção		-	(8)	-	28
Custo de operação e manutenção - O&M	19	<u>(1.722)</u>	<u>(2.917)</u>	<u>(6.336)</u>	<u>(9.150)</u>
Lucro bruto		24.264	51.965	21.257	44.654
Despesas operacionais					
Pessoal		(898)	(1.619)	(829)	(1.40,76)
Serviços de terceiros		(457)	(895)	(1.666)	(3.473)
Outros		(2)	(24)	(163)	(369)
Reversão de contingências	15	<u>3.306</u>	<u>3.306</u>	-	-
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		<u>26.213</u>	<u>52.733</u>	<u>18.599</u>	<u>39.336</u>
Receitas financeiras	20	444	1.118	1.141	2.699
Despesas financeiras	20	<u>(8.103)</u>	<u>(18.559)</u>	<u>(12.682)</u>	<u>(25.319)</u>
Despesas financeiras líquidas		(7.659)	(17.441)	(11.541)	(22.620)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>18.554</u>	<u>35.292</u>	<u>7.058</u>	<u>16.716</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	16	(8.127)	(10.811)	(2.520)	(7.606)
Lucro líquido do período		<u><u>10.427</u></u>	<u><u>24.481</u></u>	<u><u>4.538</u></u>	<u><u>9.110</u></u>

(*) Veja nota explicativa 6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Lucro líquido do período	10.427	24.481	4.537	9.110
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de resultado abrangente do período	<u>10.427</u>	<u>24.481</u>	<u>4.537</u>	<u>9.110</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucros</u>			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital Social	Legal	Lucros Retidos		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>803.832</u>	<u>5.131</u>	<u>38.061</u>	<u>-</u>	<u>847.024</u>
Redução de capital	(70.000)	-	-	-	(70.000)
Lucro líquido do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.110</u>	<u>9.110</u>
Saldos em 30 de Junho de 2019	<u>733.832</u>	<u>5.131</u>	<u>38.061</u>	<u>9.110</u>	<u>786.134</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	<u>733.832</u>	<u>7.366</u>	<u>69.916</u>	<u>-</u>	<u>811.114</u>
Lucro líquido do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24.481</u>	<u>24.481</u>
Saldos em 30 de Junho de 2020	<u>733.832</u>	<u>7.366</u>	<u>69.916</u>	<u>24.481</u>	<u>835.595</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	30/06/2020	30/06/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos imposto de renda e da contribuição social	35.292	16.716
Ajuste para:		
Valorização do ativo de contrato	(48.999)	(48.079)
Depreciação	4	21
Juros de empréstimos e debêntures e custos de transação	18.391	24.067
Provisão Contingência	(3.306)	3.545
Atualização de Impostos a Recuperar	21	-
Ajuste de fornecedores	1.049	-
Aumento/redução nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(129)	1.437
Impostos a recuperar	-	1.227
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3.177	(1.956)
Outros ativos	(191)	(2.067)
Ativo de contrato	35.579	35.681
Fornecedores	(3.030)	4
Imposto de renda e contribuição social a recolher	232	-
Impostos e contribuições sociais	836	(1.413)
Salários e encargos	343	241
Encargos setoriais	190	196
Outros passivos	(180)	98
Caixa utilizado nas atividades operacionais	39.279	29.718
Pagamento de juros - empréstimos e debêntures	(17.639)	(20.094)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(409)	(1.337)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais	21.231	8.287
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Caixa restrito	(605)	1.518
Imobilizado	(260)	(18)
Intangível	(38)	(115)
Caixa líquido aplicado nas atividade de investimentos	(903)	1.385
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos e debêntures	(11.866)	(10.417)
Dividendos pagos	-	(10.000)
Redução de capital	-	(70.000)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(11.866)	(90.417)
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	8.462	(80.745)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	44.805	136.191
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de junho	53.267	55.446
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	8.462	(80.745)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (“Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 12º andar, Centro, no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - (SPE) e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

A Companhia foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. (“State Grid”), e Copel Geração e Transmissão S.A. (“Copel”), com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2012 (“Leilão”), realizado pela ANEEL.

a. Da concessão

A Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote B, formado pela subestação Marimbondó II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondó II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondó - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondó II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. A subestação Marimbondó II cumpre as funções de atender às regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e de proporcionar intercâmbio regional entre o Centro-Oeste e o Sudeste.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10/05/2012, com vigência até 10/05/2042.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, estabelecendo (i) quais os serviços que o operador deve prestar e (ii) os padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.

A remuneração é regulada através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela receita anual permitida (RAP), parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador, com fator de reajuste anual pelo IPCA em 1º de julho de cada ano. Além disso, há previsão contratual para revisão tarifária no 5º, 10º e 15º anos de vigência a partir da data de assinatura do contrato. A RAP vencedora do Leilão de Transmissão de R\$ 73.080 mil, foi sendo reajustada de tempos em tempos tendo sido o último reajuste em julho de 2019 quando a RAP passou a R\$ 97.045 mil.

Em setembro de 2016 a Companhia recebeu do ONS o Termo de Liberação Provisória (TLP) para início do escoamento parcial entre os trechos desde a subestação de Ribeirãozinho até a subestação de Marimbondó II, da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires.

Em 16 de fevereiro de 2018, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 30 de janeiro de 2018, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade.

b. Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI)

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

c. Licenciamento Ambiental

A Companhia teve sua Licença de Operação (LO) expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 30 de agosto de 2016, sob Registro no IBAMA nº 02001.005398/2012-38, emitida sem ressalvas, válida pelo prazo de 10 (dez) anos a partir de sua data de emissão. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

d. Efeitos da pandemia de Covid-19 causada pelo Coronavírus (SARS-COV-2)

(i) Contexto Geral

A rápida disseminação do vírus SARS-COV-2, comumente chamado de Coronavírus e da doença a ele correlacionada, a COVID-19, cujos primeiros diagnósticos ocorreram em dezembro de 2019, levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar, em 11 de março de 2020, a doença como uma pandemia global, levando os governos de praticamente todos os países a implementarem medidas de afastamento social de suas populações para conter a velocidade de contágio. Tais medidas vêm causando uma recessão econômica em escala mundial, devido principalmente à interrupção das cadeias de suprimento e à interrupção de atividades em diversos setores da economia, consequentemente causando volatilidade nos preços de ativos, nas taxas de câmbio e nos juros.

Em resposta aos efeitos da desaceleração econômica, governos de diversas economias vêm anunciando pacotes de estímulos econômicos e alívio humanitário para minimizar o impacto inicial da COVID-19, permitindo a superação da recessão econômica.

(ii) Ações implementadas pelo Governo Brasileiro e pela ANEEL

No Brasil, o Governo Federal tem centralizado as medidas de auxílio econômico e financeiro, por meio dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como das Agências Reguladoras, visando apoiar as empresas e demais setores da economia na mitigação dos efeitos e na superação de uma potencial crise econômica. Dentre os atos legislativos, cabe destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública permitindo ao governo a adoção de uma série de ações, bem como garantindo agilidade nos atos da administração pública.

A ANEEL tem evitado ações com alto impacto econômico ou que pressionem em demasia as tarifas pagas pelos consumidores finais de energia elétrica, pautando suas medidas pela necessidade de quantificação dos desequilíbrios financeiros e econômicos, na preservação dos contratos e na modicidade e estabilidade das tarifas no médio e longo prazo. Este viés da agência visa evitar a criação de um círculo vicioso de inadimplência e conseqüentemente um desequilíbrio dos contratos. A Nota Técnica nº 01/2020-GMSE/ANEEL traz a avaliação inicial dos efeitos da pandemia de COVID-19 no setor elétrico brasileiro, com apresentação de propostas a serem avaliadas, no curto e médio prazo, para seu enfrentamento.

Com base nas observações da Companhia, a ANEEL tem demonstrado maior preocupação com o segmento de distribuição, que foi atingido pela redução de demanda no segmento de consumo na medida em que estabelecimentos industriais e comerciais são fechados e por um possível aumento da inadimplência, tendo em vista que deixa de ser permitida a suspensão de fornecimento para consumidores inadimplentes. Ressalte-se que o segmento de distribuição é responsável pela maior parte da geração de receita do setor elétrico, sendo objeto da maior parte das alternativas de socorro e de mitigação dos efeitos da pandemia sobre o setor implementadas pela ANEEL.

Para o segmento de transmissão, dentre as medidas divulgadas na Nota Técnica nº 01/2020-GMSE/ANEEL, cabe destacar a utilização dos saldos remanescentes das apurações mensais de encargos de transmissão para aliviar os custos de transmissão do segmento de consumo, referentes aos meses de abril, maio e junho de 2020. A utilização desse saldo remanescente equivale à antecipação da Parcela de Ajuste (PA), que seria considerada a partir do Ciclo Tarifário 2020/2021, que se inicia em 1º de julho de 2020. Haja vista a existência de um superávit de arrecadação no Ciclo Tarifário 2019/2020, da ordem de R\$ 500 milhões, o saldo remanescente pode ser utilizado para reduzir os encargos dos meses de abril, maio e junho de 2020, aliviando os custos de transmissão para o segmento de consumo e contribuindo para evitar inadimplências no segmento de transmissão.

Embora essa medida tenha impacto imediato no fluxo de caixa das transmissoras, não tem efeitos econômicos, uma vez que apenas antecipa a devolução das sobras financeiras que se daria ao longo do Ciclo Tarifário 2020/2021.

(iii) *Medidas adotadas pela Companhia*

A Companhia tem sua atividade enquadrada no rol de atividades essenciais e, por isso, implementou uma série de medidas para manter a normalidade de suas operações, em linha com as recomendações dos órgãos governamentais e buscando preservar seus colaboradores, além de evitar a propagação da doença.

Considerando o cenário atípico atualmente vivenciado, com efeitos potencialmente imprevisíveis, não é possível precisar totalmente os impactos nas operações da Companhia. Contudo, até a data de fechamento deste relatório a Companhia não havia registrado aumento materialmente relevante na inadimplência de seus clientes ou atrasos significativos em seus negócios que pudessem comprometer as operações. Da mesma forma, ainda paira certa dúvida sobre os efeitos da pandemia na economia e, principalmente, por quanto tempo esses efeitos irão perdurar. Para pautar suas ações, a Companhia considerou alguns cenários de *stress* em seus fluxos de caixa, analisando de forma conservadora os impactos vis a vis a necessidade de caixa mínimo. Visando o aumento da liquidez durante o período de incerteza, a Companhia adotou as seguintes ações:

- Postergação do recolhimento, da Contribuição Previdenciária e do seguro contra acidentes relativos às competências março e abril para os meses de agosto e outubro de 2020;
- Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de abril e maio, que deverão ser pagos a partir de julho e poderão ser parcelados em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020;
- Redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020;
- Prorrogação dos prazos para a entrega de obrigações acessórias, como DCTF e EFD, dentre outras, assim como das obrigações regulatórias.

(iv) ***Impacto nas Demonstrações Financeiras***

A Companhia entende que não existe risco relevante de inadimplência de seus clientes, devido ao faturamento ser pulverizado e haver garantia que cobre as obrigações e pode ser acionada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Tal entendimento é reforçado pela taxa de inadimplência que, na data de fechamento deste relatório havia variado muito pouco em relação aos períodos anteriores, além de se relacionar principalmente a clientes que discutem a exigibilidade de pagamento perante o ONS. Desta forma, não foi considerado nenhum valor para PCE ou a possibilidade de redução no valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*), tendo em vista o êxito das medidas implementadas pela ANEEL para manutenção das receitas do segmento de transmissão.

Ressalta-se que, até o momento, não houve necessidade a Companhia não enxergou a necessidade de realizar a revisão do seu planejamento estratégico, pois as projeções de caixa, mesmo podendo ser afetadas, conforme acima exposto, comportam as despesas previstas. As rupturas das cadeiras de fornecimento não afetaram os negócios da Companhia significativamente uma vez que os contratos e ordens de compra estratégicos estavam fechados antes do início da pandemia e as atividades transcorrem normalmente.

2 Base de preparação

As Demonstrações financeiras intermediárias do primeiro trimestre de 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo o Pronunciamento Contábil CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A emissão das Demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 31 de julho de 2020.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as Demonstrações financeiras intermediárias.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Ativo de contrato e remuneração do Ativo de contrato

A Companhia mensura o Ativo de contrato no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início da concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo de contrato (“TRAF”) é estimada pela Companhia por meio de avaliações financeiras, utilizando-se de componentes internos e externos de mercado.

O saldo do Ativo de contrato reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da TRAF que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos e, se necessário, busca dados de referência de suas acionistas, para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

b. Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores estimados pela Administração para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

c. Determinação da taxa efetiva de juros do Ativo de contrato

A taxa efetiva de juros corresponde à taxa interna de retorno (TIR), ou seja, a taxa de desconto que zera o fluxo de pagamentos ou receitas de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a Companhia revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada como Ativo de contrato é ajustada para refletir os fluxos de caixa reais estimados e revisados, sendo o efeito presente do ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança.

d. Margem, receita e custo de construção

A Companhia reconhece em suas Demonstrações financeiras intermediárias margem de lucro sobre os valores registrados a título de receita de construção da infraestrutura de transmissão com base em avaliação do contrato no início da concessão. A construção é efetuada por terceiros, tendo em vista a natureza principal da companhia ser de uma concessionária de transmissão de energia elétrica.

e. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

f. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos, bem como ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, na medida em que julga necessário e com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte de autoridades fiscais das jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência em auditorias fiscais anteriores. Interpretações divergentes dos regulamentos tributários, pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 17.

5 Base de mensuração

As Demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas Demonstrações financeiras intermediárias.

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

6.2 Ativo de contrato

As transmissoras se enquadram nos termos do CPC 47, já que a natureza de seu negócio pressupõe o direito à contraprestação pela disponibilização de bens e serviços, condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo. Com isso, as contraprestações financeiras passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As adições decorrentes da infraestrutura de transmissão também são registradas como Ativo de contrato.

6.3 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

6.4 Outros ativos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

6.5 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

6.6 Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

6.7 Receita de remuneração do ativo de contrato

Refere-se à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura para transmissão de energia elétrica e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento (contrato de concessão) sobre o valor do investimento.

6.8 Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores estimados pela Administração para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

6.9 Receita de juros sobre aplicações financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

6.10 Despesas de juros de empréstimos e debêntures

As despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

6.11 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

6.11.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial, como ativo ou passivo fiscal, pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, como reflexo das incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.11.2 Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de Demonstrações financeiras intermediárias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

6.12 Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) à alíquota de 9,25%;
- Reserva Global de Reversão (RGR) quotas anuais definidas com base em 2,5% do investimento “pro rata tempore”, observado o limite de 3,0% das receitas da concessionária. É usada para financiar a reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431, de 2011, a vigência deste encargo, cuja extinção estava prevista para o final do exercício de 2010, foi prorrogada até 2035;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL;
- As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa ANEEL nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

6.13 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e, outros passivos financeiros.

a. *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os ativos financeiros, referentes aos contratos de concessão, e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um Ativo de contrato quando e se os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando e se a Companhia vier a transferir os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um Ativo de contrato em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro Ativo de contrato são transferidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b. Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado do exercício.

c. Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

7 Caixa e equivalentes de Caixa

	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e bancos conta movimento	8.428	6.778
Aplicação Financeira - CDB Banco ABC	30.663	20.674
Aplicação Financeira - CDB Banco Bradesco (a)	14.176	17.353
	<u>53.267</u>	<u>44.805</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8 Contas a receber de clientes

	30/06/2020	31/12/2019
Vencidos acima de 90 dias	232	407
Vencidos de 61 a 90 dias	18	20
Vencidos até 60 dias	8	46
A vencer	8.465	8.122
	8.723	8.595

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois, no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da fiança bancária fornecida pelos usuários do Sistema de Transmissão, no âmbito do Contrato de Utilização do Sistema de Transmissão (CUST), relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária. Além disso, os débitos vencidos acima de 120 dias têm sua exigibilidade suspensa por decisão judicial enquanto os usuários discutem sua aplicabilidade com o ONS..

9 Ativo de contrato

A seguir é apresentada a composição do Ativo de Contrato da Companhia:

	31/12/2019	Receita de construção	Receita de O&M	Receita de remuneração	Recebimentos	30/06/2020
Ativo de contato	1.306.484	8	14.034	48.999	(49.622)	1.319.903
Circulante	76.004	-	-	-	-	77.782
Não circulante	1.230.480	-	-	-	-	1.242.121

10 Caixa Restrito

O saldo representa o valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures, constituídas em garantia ao Contrato de Financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia (vide notas 13 e 14). O mecanismo de preenchimento destas contas reservas segue estritamente as condições previstas nos instrumentos contratuais, sendo ajustado periodicamente conforme apuração realizada pelo banco administrador e pelo agente fiduciário, representante dos debenturistas. A totalidade do saldo está aplicada em fundo de investimento lastreado em títulos públicos federais conforme previsão contratual.

Em 30 de junho de 2020, o saldo do Caixa Restrito está composto conforme segue:

	31/12/2019	Movimentação	30/06/2020
Pagamento de Debêntures	818	14	832
Reserva de Debêntures	5.290	34	5.324
Reserva BNDES	12.104	557	12.661
	18.212	605	18.817

	30/06/2020	31/12/2019
Circulante	832	818
Não circulante	<u>17.985</u>	<u>17.394</u>
	<u>18.817</u>	<u>18.212</u>

11 Fornecedores

	30/06/2020	31/12/2019
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	6.211	6.211
China Epri Sciense & Tecnology C.	7.577	7.577
Nari Brasil Holding	140	140
Tabocas Participações	-	927
Siemens Ltda	-	997
Outros	<u>427</u>	<u>484</u>
	<u>14.355</u>	<u>16.336</u>

12 Impostos e contribuições sociais

	30/06/2020	31/12/2019
Imposto de renda retido na fonte	22	25
Contribuição social	18	18
Pis/Cofins/CSLL	39	-
Pis/Pasep	391	122
Cofins	1.080	562
INSS retido a recolher	27	1
ISS	<u>420</u>	<u>432</u>
	<u>1.997</u>	<u>1.160</u>

13 Empréstimos e financiamentos

Abaixo está o saldo da dívida com o BNDES em 30/06/2020:

	31/12/2019	Juros apropriados	Amortização de Juros	Amortização de principal	30/06/2020
BNDES - Subcrédito A	359.759	12.712	(12.832)	(10.784)	348.855
BNDES - Subcrédito B	<u>15.134</u>	<u>507</u>	<u>(512)</u>	<u>(464)</u>	<u>14.665</u>
	<u>374.893</u>	<u>13.219</u>	<u>(13.344)</u>	<u>(11.248)</u>	<u>363.520</u>
				<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante				26.019	23.136
Não-circulante				<u>337.501</u>	<u>351.757</u>
				<u>363.520</u>	<u>374.893</u>

Em 28 de setembro de 2016, foi assinado um Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 440.000. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da Companhia, sob a forma de três subcréditos:

Subcrédito “A”

No valor de R\$ 420.000 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,42% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi liberado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031.

Subcrédito “B”

No valor de R\$ 17.854 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

Subcrédito “C”

No valor de R\$ 2.200 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 150 prestações mensais e sucessivas. Esta linha de crédito ainda não começou a ser utilizada.

Em 30 de junho de 2020, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
BNDES Subcrédito A	12.315	25.608	26.976	28.448	255.508	348.855
BNDES Subcrédito B	<u>526</u>	<u>1.091</u>	<u>1.147</u>	<u>1.206</u>	<u>10.695</u>	<u>14.665</u>
	<u><u>12.841</u></u>	<u><u>26.699</u></u>	<u><u>28.123</u></u>	<u><u>29.654</u></u>	<u><u>266.203</u></u>	<u><u>363.520</u></u>

Cláusulas restritivas (Covenants)

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não atingiu o ICSD, estando em conformidade com o Índice de Capital Próprio estabelecido no Contrato. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício. Na data de fechamento deste relatório a Companhia ainda tratava com o BNDES para realizar a complementação da conta reserva nos termos do Contrato de Financiamento, havendo saldo disponível para atender a essa obrigação.

Principais cláusulas restritivas do BNDES

Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato;

Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e

Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

14 Debêntures

Além do contrato de financiamento com BNDES, em 2018 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única para distribuição pública com esforços restritos, conforme ICVM 476, tendo a liquidação ocorrido em 03 de outubro de 2018. A emissão ocorreu nos termos da Lei 12.431/11, conforme alterada, tendo em vista o enquadramento do Projeto pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

As debêntures possuem as seguintes características:

- Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431);
- Código do ativo registrado na CETIP: TPSU12;
- Rating da emissão: AA+ (Fitch Ratings);
- Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão;
- Data de emissão: 15/07/2018;
- Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019;
- Data de vencimento: 15/12/2030;

- Quantidades de debêntures emitidas: 118.000;
- Tipo de Remuneração: IPCA;
- Taxa de Juros/Spread: 7,3870% a.a.;
- Garantias compartilhadas com o BNDES.

A seguir é apresentada a movimentação das debêntures:

	31/12/2019	Juros	Juros pagos	Principal pago	Amortização custo de transação	30/06/2020
Debentures	122.127	5.055	(4.295)	(618)	-	122.269
Custo de Transação	(2.565)	-	-	-	117	(2.448)
	<u>119.562</u>	<u>5.055</u>	<u>(4.295)</u>	<u>(618)</u>	<u>117</u>	<u>119.821</u>

As debêntures estão segregadas conforme abaixo:

	30/06/2020	31/12/2019
Passivo circulante	10.437	9.966
Passivo não circulante	<u>109.384</u>	<u>109.596</u>
	<u>119.821</u>	<u>119.562</u>

Em 30 de junho de 2020, o cronograma de vencimento das Debêntures está detalhado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Debêntures	<u>5.219</u>	<u>10.437</u>	<u>10.437</u>	<u>10.437</u>	<u>83.291</u>	<u>119.821</u>
	<u>5.219</u>	<u>10.437</u>	<u>10.437</u>	<u>10.437</u>	<u>83.291</u>	<u>119.821</u>

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 1,2, a partir de 31/12/2019, e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% durante toda a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não atingiu o ICSD mínimo, estando em conformidade com o Índice de Capital Próprio. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício. Na data de fechamento deste relatório a Companhia ainda tratava com o Agente Fiduciário para realizar a complementação da conta reserva nos termos da Escritura da Segunda Emissão de Debêntures, havendo saldo disponível para atender a essa obrigação.

15 Provisão para contingências

A Companhia, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis.

As provisões realizadas são relacionadas a: (i) Causas Trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (pleiteando a responsabilidade subsidiária da companhia), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras; (ii) Servidões Administrativas e (iii) Ação Indenizatória, que ocorre quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (espólios com inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras). Decorrem também da intervenção no uso do capital de terceiros, seja na qualidade de confrontante, seja no caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão

As contingências provisionadas estão classificadas conforme abaixo:

	30/06/2020	31/12/2019
Trabalhistas	454	454
Outros	-	3.306
	454	3.760

Inicialmente a companhia considerou a probabilidade de perda como provável levando em conta apenas a fase administrativa e a jurisprudência pertinente. Posteriormente, levando-se em conta que, em caso de insucesso na via administrativa, a questão deverá ser levada ao judiciário, e tendo-se em vista que a matéria não possui posição consolidada na jurisprudência judicial (favorável ou desfavorável), nossos advogados entendem que, atualmente, o prognóstico de perda efetiva (considerando a via administrativa e a via judicial) é possível.

As contingências com prognóstico de perda possível estão classificadas conforme abaixo:

	30/06/2020	31/12/2019
Trabalhistas	2.226	-
Cíveis	27	28.673
Fiscais	4.397	-
	6.650	28.673

Parte substancial dos valores apresentados em causas cíveis é relacionado a servidão administrativa, para a passagem da Linha de Transmissão, estando as ações garantidas mediante depósito dos valores, em dinheiro, ao juízo.

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social apurados respectivamente com base no prejuízo fiscal e na base negativa foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixas futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos acumulados.

O valor do passivo diferido refere-se a diferenças temporárias apuradas com base na remuneração do ativo de contrato.

Imposto de Renda e Contribuição social diferidos passivos

Base de cálculo

Rendimento do ativo de contrato acumulado em 30/06/2020		505.380
Imposto de renda	25%	126.345
Ajuste de adicional		(120)
Contribuição social	9%	45.484
Amortização		<u>(41.433)</u>
Saldo em 30/06/2020		<u>130.276</u>
Saldo em 31/12/2019		<u>119.721</u>

Imposto de Renda e Contribuição social diferidos ativos

Base cálculo

Prejuízo fiscal acumulado em 31/12/2019

Imposto de renda	25%	64.393
Compensação		-
		(57)

Saldo em 30/06/2020 **64.336**

Base negativa em 31/12/2019

Contribuição social	9%	-
Compensação		(21)

Saldo em 31/03/2019 **23.161**

Saldo em 30/06/2020 87.497

Saldo de 31/12/2019 87.575

Imposto diferido líquido

Saldo em 30/06/2020 42.779

Saldo de 31/12/2019 32.146

Efeito no resultado

30/06/2020 30/06/2019

Imposto de renda e csll diferidos

Rendimentos sobre ativos de concessão		48.999	48.079
Efeitos ICPC 01		37.230	-
Efeitos CPC47		(37.113)	-
Base de Cálculo		49.116	48.079
Imposto de renda diferido	25%	12.279	12.008
Ajuste de adicional		(12)	-
Contribuição social diferida	9%	4.420	4.327
Amortização		(6.132)	(8.202)

Total Diferido **10.555** **8.133**

Alíquota efetiva

Imposto de renda	25%	25%
Contribuição social	9%	9%

Imposto de renda e csll correntes

Lucro líquido antes dos impostos **35.292** **16.715**

Adições ao resultado 92.927 107.843

Exclusões ao resultado (127.432) (119.250)

Lucro real **787** **5.308**

Imposto de renda corrente **25%** 196 1.315

Ajuste de adicional (12)

Contribuição social corrente **9%** 71 478

Ajustes de exercício anterior - (2.320)

Compensação de benefício fiscal - -

Total imposto de renda e contribuição social correntes **255** **(527)**

Alíquota efetiva

Imposto de renda **0%** **8%**

Contribuição social	0%	3%
Total de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	10.811	7.606

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 08 de fevereiro de 2019, a Companhia efetuou a devolução do montante relativo a redução de capital proporcional às composições acionárias, no montante de R\$ 70.000 (setenta milhões de reais), conforme aprovação na Ata de AGE de 22 de outubro de 2018, devidamente registrada na JUCERJA em 05/02/2019 sob nº 00003506370.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 733.832.303,20 (setecentos e trinta e três milhões, oitocentos e trinta e dois mil, trezentos e três reais e vinte centavos) dividido em 733.832.303 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	30/06/2020	31/12/2019
State Grid Brazil Holding S.A.	374.254	374.254
Copel Geração e Transmissão S.A.	359.578	359.578
	733.832	733.832

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404/76.

d. Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de Reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, conforme Ata de AGO de 26 de abril de 2019.

18 Receita operacional líquida

	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Receita de construção	-	8	-	-
Remuneração do ativo de contrato (a)	24.557	48.999	24.099	48.079
Receita de operação e manutenção	5.379	14.034	7.032	12.270
Receita operacional bruta	29.936	63.041	31.131	60.349
Deduções da receita operacional				
Encargos setoriais	(1.697)	(3.415)	(1.005)	(2.000)
Pis	(402)	(845)	(452)	(816)
Cofins	(1.851)	(3.891)	(2.082)	(3.757)
Receita operacional líquida	25.986	54.890	27.592	53.776

19 Custo de operação e manutenção

	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Custo de operação e manutenção				
Pessoal	(603)	(1.121)	(430)	(671)
Materiais	(14)	(23)	(2)	(3)
Serviços de terceiros	(1.159)	(1.721)	(2.231)	(4.626)
Arrendamentos e aluguéis	(82)	(164)	(7)	(39)
Seguros	(109)	(327)	(236)	(486)
Doações, contribuições e subvenções	(10)	(33)	(11)	(32)
Provisão para litígios	158	158	(3.570)	(3.546)
Recuperação de despesas	97	314	152	253
Total	(1.722)	(2.917)	(6.335)	(9.150)

20 Receitas (despesas) financeiras

	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	452	1.110	1.162	2.765
Variações monetárias	13	54	29	65
Outras receitas financeiras	0	8	6	0
Pis	(3)	(7)	(8)	(18)
Cofins	(18)	(47)	(48)	(113)
	444	1.118	1.141	2.699
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(7.964)	(18.275)	(11.601)	(23.949)
Juros e multas	(0)	(1)	(924)	(1.000)
Outras despesas financeiras	(139)	(283)	(157)	(370)
	(8.103)	(18.559)	(12.682)	(25.319)
Despesas financeiras líquidas	(7.659)	(17.441)	(11.541)	(22.620)

- (a) A redução das taxas de juros, notadamente o CDI, afetaram a receita financeira, além de uma menor disponibilidade de caixa com o avanço do investimento nas obras de reforço em Sinop.
- (b) A opção da Companhia pelo Standstill do BNDES (vide nota 12) impactou positivamente na despesa financeira do ano. Além disso a queda na TJLP também ajudou a reduzir a despesa financeira.

21 Gestão de Riscos

O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir as estratégias de controle e as ações para mitigação dos riscos e subsequentemente para monitorar esses riscos.

A Administração define o apetite para riscos em contextos e situações específicas e acompanha o cumprimento do plano de gerenciamento de riscos, revisando sua estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito também com base nas políticas dos acionistas da Companhia.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados e as estratégias de gerenciamento adotadas.

a. Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. As operações que sujeitam a companhia ao risco de crédito decorrem principalmente de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, conforme apresentado a seguir:

	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	53.267	44.805
Conta a receber	8.723	8.595
Caixa restrito	18.817	18.212
	<u>80.807</u>	<u>71.612</u>

Caixa e equivalentes de caixa

Representado pelo valor mantido em contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. A política de abertura de contas bancárias e aplicações financeiras restringe o relacionamento com instituições bancárias com rating mínimo de AA+. As aplicações devem ser feitas predominantemente em CDB.

Contas a receber

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando o baixo risco de inadimplência de seus clientes. O Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”), celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Carta de Fiança Bancária - CFB e ii) Contrato de Constituição de Garantia - CCG.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:
Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.

As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.

Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário - CFB.

Caixa restrito

Representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das debêntures, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia.

b. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros e índices de preços. A Companhia não enxerga necessidade em fazer hedge para se proteger desses riscos, tendo em vista que na fase atual de Operação e Manutenção não há exposição a variações de preços de *commodities* e seus contratos têm índice de reajuste em linha com reajuste da receita. Porém esses riscos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou em quaisquer outros ativos de riscos.

- **Risco de taxa de juros:** Refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	30/06/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras CDB-DI	44.839	38.026

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A Companhia está exposta ao risco de variação das taxas de juros dos instrumentos financeiros em aberto ao fim do período deste relatório. Para elaboração da análise de sensibilidade, considera-se a curva histórica dos índices econômicos, bem como projeções divulgadas por entes com reconhecimento de mercado.

Para aplicações financeiras, a política de investimentos da companhia restringe-se a instrumentos de renda fixa, estando sua exposição atrelada principalmente ao risco de variação do CDI, porém somente em relação aos ganhos financeiros, não havendo impacto nas contas de ativo.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - financiamentos

Com relação aos empréstimos e financiamentos, a exposição da companhia está relacionada à variação da TJLP, indexador do Contrato de Financiamento com o BNDES, e ao IPCA, indexador da Segunda Emissão de Debêntures.

As projeções indicativas para a variação da TJLP nos próximos meses são de queda de 80 pontos-base, não trazendo alterações materialmente relevantes para o total de despesas financeiras da companhia no próximo período.

Espera-se que o IPCA seja impactado pela desaceleração econômica, refletindo-se na projeção de redução acentuada no segundo e terceiro trimestre de 2020. Essa redução irá impactar o acumulado no ano que projeta-se será até 50% inferior ao acumulado de 2019, diferença de 270 pontos-base. Desta forma, eventual impacto teria efeito redutor na despesa financeira, uma vez que as debêntures tem sua remuneração atrelada a esse índice.

Dessa forma, a companhia não considera possível o aumento da TJLP ou do IPCA no exercício de 2020 que venha a causar impacto materialmente relevante nas contas de passivo.

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

c. Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, a Companhia pode ter seu caixa impactado pelos custos necessários para o reestabelecimento das instalações às condições de operação, ainda que não haja desconto da Parcela Variável de Indisponibilidade (PVI), decorrente de eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão. A Companhia mitiga o risco de perda de ativos mediante a contratação de cobertura securitária para a totalidade dos ativos de transmissão.
- **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita a extensa e complexa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- **Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura** - Caso a Companhia, por determinação regulatória, necessite expandir os seus negócios com a construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Ainda assim, qualquer novo investimento aprovado pelo Poder Concedente será remunerado por incremento da RAP.

O risco de atrasos na construção de novas instalações pode estar ligado ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia. Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.

- **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil contra terceiros para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota critérios na contratação dos seguros com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, contratando cobertura para a totalidade de seu ativo e limitando os valores de indenização com base em estudos de perda máxima provável, resultando em elevados níveis de cobertura securitária.

21.1 Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Caixa restrito	Valor justo por meio do resultado
Contas a Receber	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros
Debêntures	Outros passivos financeiros

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - contas correntes e aplicações financeiras conforme posição dos extratos bancários.
- **Caixa restrito** - representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures.
- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.
- **Debêntures** - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures e são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

22 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Na data de fechamento deste relatório, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência		Limite máximo de indenização	Apólice
	Início	Fim		
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	11/04/2020	11/04/2021	R\$ 20.000	1001000001150
Riscos Operacionais	12/04/2020	12/04/2022	R\$ 150.000	1009600000285
Responsabilidade Civil	27/12/2019	27/12/2020	R\$ 10.000	5100001025

A Garantia de Fiel Cumprimento fornecida no âmbito do contrato de concessão foi baixada mediante anuência da ANEEL em 30/04/2020.

23 Transações com partes relacionadas

a. Remuneração de Administradores

Até 30 de junho de 2020 o total destinado à remuneração dos Conselheiros e Administradores foi de R\$ 359 (R\$ 666 em 31 de dezembro de 2019).

b. Operações comerciais

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	30/06/2020	31/12/2019
Passivo				
Itumbiara Transmissora de Energia	Fornecedores	Custo de O&M	<u>6.264</u>	<u>6.211</u>
		Total	<u>6.264</u>	<u>6.211</u>
Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	30/06/2020	31/12/2019
Resultado (Despesas)				
State Grid Brasil Holding - Aluguel	Custos administrativos	Aluguel	163	313
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	Custo operacional	Custo de O&M	<u>749</u>	<u>9.034</u>
			<u>912</u>	<u>9.347</u>